

AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA DE 2007 - 2009.

Maria Judivanda da Cunha; Bernardino Galdino de Senna Neto; Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares.

*Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
(mariajudivanda@gmail.com)*

*Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
(nettosena@hotmail.com)*

*Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
(andrezza.tavares@ifrn.edu.br)*

RESUMO: As políticas nacionais formadoras de professores para educação básica se configuraram a partir dos anos 1990, como um dos principais pontos de atuação das do Estado brasileiro relacionadas à educação. A formação de professores e as políticas amparadas na legislação brasileira, tanto as do passado quanto as atuais tornam-se um desafio a ser estudado. O presente artigo investiga por meio de pesquisa bibliográfica e documental as políticas de formação de professores dentro dos marcos legais e teóricos de 2007 a 2009. Para tanto, busca-se conhecer e entender de que forma os programas envolvidos junto a estas políticas encontram-se disponibilizados, tendo como foco principal dentre essas políticas o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). A educação é um dos principais eixos estabilizadores da sociedade, a partir desta visão, pode-se entender que são necessários investimentos financeiros na área, não apenas referentes a espaços físicos e materiais, mas especialmente na formação dos profissionais formadores (os professores). Quanto a metodologia utilizada neste trabalho, trata-se de uma abordagem de cunho teórico dentro do campo das políticas públicas no qual apresenta-se a relação do PIBID e de outros programas que tratam da formação docente para a educação básica. Considera-se que, as formações para professores são apoiadas e organizadas através de projetos, tais como PARFOR e PROINFO, dentre outros, tendo como um dos mais evidentes, o PIBID, que além de contribuir como o graduando ainda faz com que o professor orientador possa inovar suas metodologias e técnicas docentes enquanto orienta os bolsistas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, PIBID, Formação de Professores, Educação Básica.

1 INTRODUÇÃO

As políticas nacionais formadoras de professores para educação básica se configuraram a partir dos anos 1990, como um dos principais pontos de atuação das ações do Estado brasileiro relacionadas à educação, no sentido de superar o déficit de professores atuantes na educação básica

(SOUZA, 2014). Dentre as políticas de incentivo a educação básica buscamos estudar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). A educação é um dos principais eixos estabilizadores da sociedade, a partir desta visão, pode-se entender que são necessários investimentos financeiros na área, não apenas referentes a espaços físicos e materiais, mas especialmente na formação dos profissionais formadores (os professores). A educação brasileira contemporânea é resultado de políticas neoliberais dos poderes governamentais em instância federal. Esse tipo de política, ao se referir a educação tenta mostrar a população que as atualizações decorridas na educação têm por objetivo o bem comum social, intuindo conquistar interesses “coletivos”. Todavia, essas reformas, na verdade, são características da globalização econômica, que findam por se tornar excludentes, pois ressaltam algumas culturas, o que minimiza outras.

No Brasil têm-se alguns métodos sistematizados para avaliar o índice de desenvolvimento do ensino, desde o fundamental até o superior, são as políticas de avaliação, destaque para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Apesar de entender que é importante a existência das referidas avaliações em nível macro, cabe lembrar que estas não levam em consideração a diversidade existente em um país com as dimensões territoriais do Brasil, onde a variação sociocultural é imensurável.

Segundo Ghedin & Pimenta (2002, p.29), ao se pensar na formação docente como forma de valorizar e perceber o professor como sujeito crítico e reflexivo, indica que a “reflexão na ação, da reflexão sobre a ação e da reflexão sobre a reflexão na ação”. Dessa forma, elaborar um ranking de desenvolvimento pode se tornar injustificável. Constantemente, repensa-se sobre a formação do professor, que deve ser contínua, pois as mudanças no âmbito do conhecimento são assim, e, o professor precisa estar integrado às inovações decorridas na sociedade como um todo.

Por tanto, este artigo tem como principal objetivo compreender as políticas de formação de professores dentro dos marcos legais e teóricos desenvolvidos de 2007 a 2009, buscando entender como tem sido a ocorrência das reformas educacionais desse período e de que forma os programas envolvidos junto a essas políticas encontram-se disponibilizados, tendo como foco principal dentre essas o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho é bibliográfica e documental, visto que não houve nenhuma intervenção empírica sobre o tema estudado. Segundo GIL (2008, p. 06) a pesquisa

pode ser conceituada como Pesquisa Bibliográfica: é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Não recomenda-se trabalhos oriundos da internet. Gil (2008, p. 08) ainda conceitua a pesquisa documental;

É muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.

Nessa perspectiva, o trabalho trata-se de uma pesquisa de cunho teórico, referente a políticas públicas, no qual busca-se observar a relação de alguns Programas referentes à formação docente para a educação básica de 2007 a 2009, em especial o PIBID, com as reformas estatais. Buscou-se, portanto, leituras de artigos e editoriais ligados ao assunto a ser discorrido.

3. RESULTADOS E DISCURSÕES

O Ministério da Educação dispõe de vários programas institucionais de incentivo à formação de professores, a Quadro 1 apresenta alguns deles, mostrando o que, e como funciona, além dos objetivos de cada um. O quadro 1 foi montado de acordo com informações disponíveis no site do MEC.

Quadro 1: Programas de Incentivo a Formação docente para a Educação Básica de 2007-2009.

Programa	O que é?	Objetivos
PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, PRESENCIAL E A DISTÂNCIA, DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - (PARFOR).	O PARFOR é uma ação estratégica do MEC, resultante de um conjunto de ações que se concretizam mediante o princípio de colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e as Instituições de Educação Superior neles sediadas.	Oferecer cursos de formação inicial emergencial, na modalidade presencial, aos professores das redes públicas de educação básica tendo em vista as demandas indicadas nos planos estratégicos elaborados pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente.

<p>PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL</p>	<p>O Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial: oferta cursos de aperfeiçoamento ou especialização em educação especial, na modalidade a distância, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio de instituições públicas de educação superior</p>	<p>Formar professores das redes públicas de ensino que atuam no atendimento educacional especializado, em salas de recursos multifuncionais, e professores do ensino regular para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.</p>
<p>PORTAL DO PROFESSOR</p>	<p>O Portal do Professor é uma solução tecnológica que permite o armazenamento e a circulação de conteúdos educacionais multimídia, oferecendo aos educadores, em especial os professores atuantes na Educação Básica, acesso rápido e funcional a um acervo variado.</p>	<p>Apoiar o processo de formação dos professores e permitir o armazenamento e circulação de um acervo de conteúdos educacionais multimídia em diferentes formatos, além de links e funcionalidades que subsidiem a pesquisa e a interação na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, Profissional e modalidades.</p>
<p>PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL – (PROINFO INTEGRADO).</p>	<p>O ProInfo Integrado é um programa para integrar e articular a distribuição dos equipamentos tecnológicos para as escolas (computadores, impressoras e outros equipamentos de informática), à oferta de cursos de formação continuada e a uma conteúdos e recursos multimídia e digitais, por meio do Portal do Professor, da TV Escola, etc.</p>	<p>Proporcionar a inclusão digital de professores, gestores de escolas públicas da educação básica e a comunidade escolar em geral, além de dinamizar a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, desenvolvendo competências, habilidades e conhecimentos.</p>
<p>PROGRAMA BANDA LARGA NAS ESCOLAS</p>	<p>O programa serve para conectar todas as escolas públicas à internet com qualidade e velocidade para incrementar o ensino público no país.</p>	<p>Universalizar e democratizar o acesso à informação e inclusão digital de professores e alunos</p>

<p>PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - (PIBID)</p>	<p>O PIBID foi criado com a finalidade de valorizar o magistério e apoiar estudantes de licenciatura plena, das instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e comunitárias, sem fins econômicos, de educação superior.</p>	<p>Elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciatura das instituições de educação superior; inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, promovendo a integração entre educação superior e educação básica, entre outros.</p>
---	---	---

Fonte: Site do Ministério da Educação.

Dentre os programas citados, o presente trabalho vem salientar o PIBID que foi criado por meio do Decreto nº 6755/2009, de 29 de janeiro de 2009, em um contexto da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), isso acontece porque em virtude do PIBID é possível unir as experiências dos docentes com as inovações metodológicas dos bolsistas. O PIBID teve seu início na primeira Chamada Pública MEC/CAPES/FNDE no 01/2007, publicado no DOU, em 13/12/2007. Quanto a sua participação junto ao controle social é lançado no SIMEC e no GEOCAPES, permitindo aos gestores e à sociedade conhecerem seus objetivos, atividades e resultados alcançados, ao longo do processo. O seu modelo de gestão é desenvolvido com base no diálogo com as instituições parceiras; na responsabilidade compartilhada entre os envolvidos; na abertura a novas ideias e ao aperfeiçoamento dos processos; na disseminação das boas práticas e do conhecimento produzido. A autonomia das universidades e o regime de colaboração que respeita a descentralização administrativa em educação são pilares da ação do PIBID. A intersectorialidade é incentivada pelos editais lançados, visando promover oportunidades de construção do conhecimento multidisciplinar, contextualizado e com padrão de qualidade. O Portal Comunidades CAPES, lançado em 2010, ofereceu oportunidades de acompanhamento e avaliação para os gestores dos programas, na CAPES, nos entes federativos e nas instituições parceiras e promoveu a visibilidade e o intercâmbio de boas práticas e de toda a produção acadêmica, e ainda, dos resultados educacionais alcançados pelos participantes. (BRASIL, 2017).

O PIBID foi criado para valorizar o magistério, elevar a qualidade das ações acadêmicas e superar os problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas com baixo rendimento educacional. Distingue-se de outras políticas anteriormente implementadas por permitir uma maior interação entre os diversos atores sociais ligados à educação pública: alunos, professores, estudantes de licenciaturas de cursos superiores e professores de licenciaturas de ensino superior. A dinâmica de aproximação – licenciandos e escolas públicas – gera um ambiente positivo

para a criação de soluções, onde todos os envolvidos são beneficiados. De acordo com o portal do MEC os resultados alcançados no PIBID são concedidos através de 16.715 bolsas, sendo 13.649 para licenciandos; 982 para coordenadores institucionais e de área e 2.084 para supervisores (professores da educação básica que atuam no programa); há 124 IES participantes e 1.267 escolas beneficiadas pela ação dos bolsistas, tendo como Principais impactos: a) diminuição da evasão e aumento da procura pelos cursos de licenciatura; b) reconhecimento de um novo status para as licenciaturas na comunidade acadêmica; c) indicação de melhoria do IDEB em escolas participantes. (BRASIL, 2017).

O Decreto que regulamenta o programa apresenta em seu art. 3º os objetivos dessa política, em síntese pode-se dizer que, estão relacionados à melhoria e qualidade da educação básica pública, apoiando a formação continuada de profissionais do magistério e a valorização docente. Foi a partir desses objetivos que tem início o PIBID, através da Portaria nº 72, de 9 de abril de 2010; tem por finalidade apoiar à docência de estudantes de licenciatura plena das instituições de educação superior federais, estaduais, municipais e comunitárias, as quais não tenham fins lucrativos, objetivando sobretudo o aprimoramento dos docentes, o que conseqüentemente eleva o padrão de qualidade da educação.

O PIBID tem alguns objetivos básicos, dentre eles, pode-se citar: incentivo a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuir para a valorização do magistério; além de elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovido pela integração entre educação superior e educação básica; a inserção de graduandos em licenciatura no cotidiano de escolas da rede pública de educação, possibilitando a estes a participação em vivências metodológicas, tecnológicas e a prática docente, atividades estas que muito contribuem para a formação de um profissional da educação. Outro objetivo do PIBID é incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores a se tornarem co-formadores dos futuros docentes; e, por fim, contribuir para a articulação entre teoria e prática à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

O referido Programa de formação tem como diferencial o pagamento de bolsa aos acadêmicos que participam do projeto, assim, além da possibilidade de participar do desenvolvimento de práticas docentes, o graduando ainda tem o incentivo financeiro. No entanto, para que o projeto seja desenvolvido no âmbito da escola, é preciso que exista na instituição um professor orientador, que também recebe um incentivo financeiro; juntos eles devem promover atividades didático-pedagógicas, fazendo uso de metodologias inovadoras.

O trabalho docente requer um processo reflexivo sobre/na ou para a prática, com o intuito de aprimorar técnicas estudadas ao longo da graduação, e, o principal objetivo para a busca do melhor desenvolvimento docente é a aprendizagem satisfatória do aluno. De acordo com Tardif (2007), “a prática pode ser vista como um processo de aprendizagem por meio do qual os professores retraduzem sua formação e a adaptam à profissão, eliminando o que lhes parece inutilmente abstrato ou sem relação com a realidade vivida e conservando o que pode servir-lhes de uma maneira ou de outra”. A integração promovida pelo PIBID permite que os alunos vivenciem a experiência da docência concomitantemente a sua formação, o que desmistifica alguns pensamentos preconcebidos na formação e claramente contribui com a formação do docente.

5 CONCLUSÃO

A Reforma do Estado se dá sob constantes mudanças junto a globalização, a qual atua mesmo em lugares de pequeno porte, para tanto a educação precisa acompanhar todas as inovações, a fim de formar um profissional que supra as necessidades desse mundo globalizado. Evidencia-se que, à proporção que a reforma atinge o estado, mobiliza também um conjunto de organizações sociais, em especial a escola, o que fortalece a ideia de contínua formação docente. As formações para professores são apoiadas e organizadas através de projetos, tais como PARFOR e PROINFO, dentre outros, tendo como um dos mais evidentes, o PIBID, que além de contribuir como o graduando ainda faz com que o professor orientador possa inovar suas metodologias e técnicas docentes enquanto orienta os bolsistas.

O PIBID vem cumprindo com os objetivos propostos, pois por meio do programa aumenta a possibilidade da qualificação do ensino médio a longo prazo, além de formar professores conscientes dos diferentes contextos nos quais irão atuar, assim como estimula a postura investigativa e reflexiva sobre a própria prática. O PIBID dispõe de muitas contribuições a todos os envolvidos, desde o graduando que ganha a oportunidade de experimentar a docência com contínua orientação, até os alunos atendidos na escola, que têm o seu professor regente e ainda pode contar com o apoio de outros conhecedores do assunto no qual estão se desenvolvendo.

É importante ressaltar que existem diversos outros programas de formação docente, tendo em vista que, o professor é um profissional em constante formação, pois as mudanças no meio são frequentes, o público que ele atende é muito diversificado e a concorrência mercadológica para a qual o aluno se prepara é cada vez mais acirrada. Assim, a busca por melhorias é uma constância.

6 REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo In: SADER, E. e GENTILI, P. Pós Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático. Ed. Paz e Terra, São Paulo, p. 09 – 23 1995.

ANDRIOLI, A. I. Revista: Espaço Acadêmico – Ano II. nº 13. Jun. de 2002 – Mensal – ISSN 1519.6186;

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do Mec. (Ed.). Programas do MEC voltados à formação de professores. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programas-do-mec-voltados-a-formacao-de-professores>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. FUNDAÇÃO CAPES. Ministério da Educação. Programas do MEC voltados à formação de professores: Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programas-do-mec-voltados-a-formacao-de-professores>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Lei 9.394 de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil In: Diário Oficial da União. Ano, nº 248, de 23/12/1996.

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas Últimas Décadas do Século XX no Brasil. Aurora, ano II n. 3 – dez. 2008. ISSN: 1982-8004;

CHESNAIS, F. A Globalização e o Curso do Capitalismo de fim de século. In: OSVALDO COGGIOLA. (Org.) Globalização e socialismo. São Paulo: Xamã, 1997, p. 07-33.

FREITAS, H. C. L. de. As novas políticas de formação dos educadores. In: Formação do educador, Educação, demandas sócias e utopias. Ijuí: Editora Unijuí, 2007, GENTILI, A. A. P. (Org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NOGUEIRA, F. M. G. (Org.) Estado e Políticas Sociais no Brasil. Estado e Políticas Sociais no Brasil.: conferências do Seminário Estado e Políticas sociais no Brasil e textos do relatório parcial do projeto de pesquisa – Programas nas áreas de Educação e saúde no Estado do Paraná: sua relação com as orientações do BID e BIRD e sua contribuição na difusão das propostas liberalizantes em nível Nacional. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

OLIVEIRA, O. S. DABRACH. N. P. Reforma do Estado e implicações para a Gestão Educacional. Revista Espaço Acadêmico – nº 96 – mensal – Maio de 2009. Edição Especial – 09 anos – ISSN 1519.6186.

PARO. V.H. Escritos sobre educação. 1. Ed. São Paulo-SP: Xamã, 2001, São Paulo: Cortez, 1997.

PERONI, V. Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PIMENTA, S.G.; GHEDIN, E. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. SILVA, M. A. da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. Cad. CEDES [on line]. 2009, vol.29, n.78, pp. 216-226.

SOUZA, Valdinei Costa. Política de formação de professores para a educação básica a questão da igualdade. 2014. Revista Brasileira de Educação. v. 19 n. 58 jul.-set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n58/06.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 8. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

ZANARDINI, I. M. S. A gestão compartilhada implementada no Estado do Paraná e as orientações do Banco Mundial (1995–2000).2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.